

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

FATOS & CRÍTICA 61

A análise de conjuntura do CVM

Ano XII, 02-05-2026



**Guerra lá fora, pressão aqui
dentro: como o Brasil entra na
eleição presidencial**

<http://centrovictormeyer.org.br/>

Guerra lá fora, pressão aqui dentro: como o Brasil entra na eleição presidencial

Apesar de ser um grande produtor e exportador de petróleo, o Brasil começou a sofrer, como o resto do mundo, os primeiros abalos produzidos pelo bloqueio do Estreito de Ormuz, principal consequência da guerra do imperialismo americano e de Israel contra o Irã. Os preços da gasolina e do diesel aumentaram significativamente e até o etanol foi impactado, na condição de substituto da gasolina.

Mas esses aumentos poderão ser ainda maiores. Quando em março o preço do barril de petróleo tipo Brent atingiu o máximo de 120 dólares, marca que aliás está sendo ultrapassada no momento, a gasolina brasileira era vendida internamente 49% abaixo do preço internacional e o diesel, 85%.

O governo procurou adiar os aumentos da Petrobras e reduzir os impostos sobre os combustíveis, mas grandes aumentos serão inevitáveis se o bloqueio prosseguir. Afinal, o governo Lula não tem condições de tabelar fortemente os preços, pois

isso desagradaria os sócios privados da Petrobras, os importadores de combustíveis e a classe burguesa em geral, que não admite esse tipo de intervenção estatal no “mercado”.

A crise acabou revelando também a inexistência de uma política de estoque de combustíveis por parte do governo e as suas limitações para a fiscalização dos preços nas bombas, em consequência da privatização da distribuidora da Petrobras no governo Bolsonaro.

Além disso, parte significativa dos fertilizantes é produzida nos países do Golfo Pérsico e transita pelo Estreito de Ormuz. O Brasil importa 90% desse importante componente da produção agrícola e já experimentou um aumento, apenas no preço da ureia, de 76%, entre janeiro e março deste ano. O problema começará a ficar agudo entre maio e agosto, época em que os fertilizantes precisarão ser adquiridos para o plantio da safra de verão de soja e milho, que ocorre de setembro a outubro.

Combustíveis e fertilizantes mais caros significam também alimentos mais caros. A inflação de alimentos e bebidas foi de 1,56% em março de 2026 e a dos alimentos no domicílio, de 1,94%. Esses itens foram os principais responsáveis pela inflação geral de 0,88% em março de 2026, um aumento significativo quando comparado com os 0,26% de fevereiro.

Inflação com estagnação são esperados em todo o mundo e o Brasil dificilmente fugirá a essa regra. O último Relatório do FMI sobre a economia mundial previu uma diminuição geral do crescimento de 3,3% para 3,1%, atingindo apenas 1,1% na Zona do Euro e 1,9% no Brasil.

Os dados mais recentes sobre emprego e renda no país são os da PNAD do IBGE relativos ao trimestre compreendido entre dezembro de 2025 e fevereiro deste ano e refletem a conjuntura econômica imediatamente anterior à guerra e aos

seus efeitos. A taxa de desocupação continuava baixa, de 6,1%, inferior às estimadas no mesmo período em 2025e em 2024. O rendimento médio habitual atingiu R\$ 3.722,00, sendo cerca de 5,5% maior do que o apurado no ano anterior, em termos reais.

Já a pesquisa CAGED de março de 2026, relativa aos empregos com carteira assinada, apontou um aumento líquido de 1,2 milhões postos de trabalho em 12 meses. Ou seja, tanto a PNAD, quanto a CAGED, não revelaram até agora impactos significativos da guerra no emprego e na renda.

Porém, quando somados os efeitos inevitáveis do bloqueio do Estreito de Ormuz no comércio e nas cadeias produtivas globais à altíssima taxa de juros básicos (SELIC) praticada no país, é previsível que a economia brasileira venha a sofrer um abalo neste ano, com queda do crescimento, aumento do desemprego e da inflação, principalmente dos alimentos, e diminuição do poder de compra dos trabalhadores.

Isso certamente terá um impacto nas eleições de outubro.

Empate eleitoral?

As últimas pesquisas eleitorais para o segundo turno das eleições presidenciais deste ano revelaram um empate entre as candidaturas de Lula e Flávio Bolsonaro, dentro da margem de erro. Apesar dos dados econômicos do primeiro trimestre citados anteriormente, de baixo desemprego e aumento real dos rendimentos, apenas 29% dos consultados pelo Datafolha consideraram o governo Lula ótimo ou bom, enquanto 40% o viram como ruim ou péssimo. Em relação ao trabalho de Lula, 51% desaprovaram e 45% o aprovaram.

Tudo indica que a expressiva rejeição a Lula e a seu governo se deva à perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, decorrente principalmente da inflação dos alimentos, e ao aumento do endividamento das famílias, consequência de rendimentos insuficientes para atender às necessidades básicas.

A causa principal do endividamento, hoje da ordem de 30% da renda, não pode ser atribuída à jogatina desenfreada aberta pela legalização das bets, que drenam parte dos escassos recursos da população pobre para a compra do sonho do enriquecimento. As bets certamente agravaram o problema, mas o jogo do bicho e a Loteria Federal existem aqui há muito tempo e cumprem o mesmo papel de vender ilusões.

O centro da questão é que o rendimento médio apurado pela PNAD, de R\$ 3.722,00 mensais, equivale à metade do salário-mínimo necessário para manter uma família, calculado em R\$ 7.425,99 pelo DIEESE. Diante dessa realidade, o endividamento torna-se praticamente inevitável.

Há também uma insatisfação da juventude, visível desde as manifestações de 2013, com o fato de que melhores condições de acesso ao ensino médio e superior não resultaram em salários significativamente melhores ou em empregos de qualidade em suas áreas de formação, produzindo bastante frustração.

Por todos esses fatos, a insatisfação com o governo Lula é grande e crescem as expectativas da direita e da extrema-direita para as eleições de outubro. São muitos os fatos que indicam isso. Na recente movimentação na janela partidária o PL de Bolsonaro absorveu mais 12 deputados federais, enquanto o PT manteve o seu número.

E apareceram mais dois candidatos à Presidência, Ronaldo Caiado e Romeu Zema, cujo objetivo deve ser o da venda do apoio ao filho de Bolsonaro, seja no primeiro ou no segundo turno das eleições. São todas opções confiáveis da burguesia para a implantação do programa do capital financeiro, cujos principais pilares são os cortes nos programas sociais, o fim dos aumentos reais nos benefícios do INSS e as privatizações das poucas empresas estatais que restaram.

Além disso, o chamado “Centrão”, a direita tradicional, percebendo as reais possibilidades de vitória da extrema direita nas eleições, aliou-se a ela em duas votações recentes no Congresso, que resultaram em expressivas derrotas para o governo: a recusa do Senado ao nome indicado por Lula para ministro do STF e a queda do veto presidencial ao projeto de lei que reduziu as penas dos bolsonaristas condenados pelas tentativas de golpe de 2022/2023.

A reação do governo

Diante do cenário crescentemente desfavorável do quadro eleitoral, o PT e o governo Lula operam em duas direções: de um lado, tentam ampliar as alianças com os partidos de centro e da direita; de outro lado, pretendem colocar em prática medidas que possam ajudar a reverter a imagem desfavorável do governo.

No primeiro movimento, interveio na direção regional do PT no Rio Grande do Sul para garantir o apoio à candidatura ao governo, pelo PDT, da neta de Leonel Brizola, tentando, assim, angariar em seu favor o prestígio ainda existente do antigo líder populista naquele Estado.

Além disso, confirmando mais uma vez que o lema do “partido sem patrões” está morto e enterrado há muito tempo no PT, a sua Direção Nacional rejeitou o recurso de uma ala do partido em Tocantins contra a filiação e o lançamento da candidatura de Kátia Abreu ao governo do Estado. Como se sabe, trata-se de uma notória empresária do setor pecuarista e antiga liderança da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

No segundo movimento, além de ter conseguido no ano passado aprovar a isenção do imposto de renda para os rendimentos inferiores a R\$ 5.000,00, descobriu o potencial eleitoral da luta pela diminuição da jornada de trabalho e pelo fim da jornada 6 x 1. Assim, o governo enviou um projeto de lei com urgência constitucional propondo uma jornada de 40 horas semanais, com dois dias de descanso e uma regra de transição.

Na luta pelo protagonismo na questão, o presidente da Câmara, Hugo Motta, continuou a insistir nas emendas constitucionais sobre o assunto que tramitam no parlamento, as quais preveem uma jornada semanal de 36 horas, inferior, portanto, àquela proposta pelo governo.

Com a resistência das entidades patronais a reduzir a jornada sem reduzir o salário, e sendo inviável eleitoralmente o adiamento indefinido do assunto, a tendência é que ao final seja aprovada a jornada de 40 horas semanais com medidas de transição e subsídios do governo aos setores afetados. Resultado melhor que esse só poderá ocorrer se as manifestações de massa pela redução da jornada de trabalho crescerem em todo o país. A introdução dessa palavra de ordem nas comemorações do 1º de maio pode ser considerado um ponto de partida nessa direção.

Em outras frentes para melhorar as suas condições eleitorais, o governo aprovou a isenção de impostos para combustíveis, elevou o valor mínimo do frete para evitar uma greve de caminhoneiros, instituiu um desconto de 100% na tarifa de energia elétrica até o consumo de 80 kWh/mês para famílias de baixa renda e criou o “Gás do povo”, que fornece botijão gratuito, também para famílias de baixa renda, ampliando o alcance do antigo “Vale-gás” para cerca de 15,5 milhões de famílias.

No momento, considerando o nível alto de endividamento existente, o governo estuda a implantação de um programa de renegociação de dívidas, que prevê a garantia dos créditos renegociados pelo governo, descontos no saldo devedor, juros mais baixos e a possibilidade de utilização de parte do FGTS para a amortização da dívida.

No que concerne à política externa, Lula oscila entre um discurso crítico à política de Donald Trump, com ações pontuais, como o exercício da reciprocidade no caso da expulsão do representante da Polícia Federal nos EUA, e atitudes de subserviência ao Bloco Ocidental, como no caso da participação oficial do Brasil como convidado numa reunião do G-7, em plena guerra contra o Irã, e a utilização do Itamaraty para a realização de um seminário de caráter sionista.

Por outro lado, a reversão de privatizações, como a da Refinaria de Mataripe, e a recriação da Petrobras Distribuidora e da Liquigás, ambas privatizadas no governo Bolsonaro, ficaram em compasso de espera. E o governo não criou obstáculos à aquisição da Serra Verde (única mineradora de terras raras no Brasil) pela USA Rare Earth, que tem contrato de fornecimento de 15 anos com uma empresa financiada pelo governo dos EUA.

Tanto interna quanto externamente, o governo de Lula procura se equilibrar entre um discurso à esquerda e uma prática que evita choques com os interesses fundamentais da burguesia. O próprio José Dirceu, uma das lideranças responsáveis pela degeneração do PT ao longo de sua história, admitiu publicamente que o governo Lula apresentava características de “centro-direita”.

Porém, seria mais preciso classificá-lo como um governo burguês, conduzido por uma liderança que adota a ideologia da conciliação de classes, típica da visão de mundo da pequena-burguesia.

Movimento dos trabalhadores

O DIEESE acaba de publicar o balanço das greves de 2025, no qual constata um aumento de seu número, de 880 para 1.006, em relação a 2024 (crescimento de 14%), embora acompanhado por um decréscimo do total de horas paradas, da ordem de 10%.

No setor privado, o número de greves aumentou 23% em relação a 2024 e o número de horas paradas, 13%. Foram greves majoritariamente defensivas (86,8%), ou seja, pelo pagamento de salários atrasados (43,2%), relativas à alimentação (35,8%) ou por reajuste salarial (22,4%). O setor privado concentrou 53,6% das greves no ano passado e 38,7% das horas paradas, o que revela que nele a duração das paralisações foi menor do que no serviço público.

Ao descrever o caráter das greves do ano passado, o DIEESE avalia que elas não destoam de um padrão que se repete desde 2016: é o último recurso que os trabalhadores encontram para enfrentar situações de maior precariedade. No serviço público, estão concentradas nos profissionais de

educação e de enfermagem; nas empresas estatais, entre eletricitários e carteiros; e nas empresas privadas, em terceirizados de todo o tipo.

Conformando esse fato, os principais movimentos que ocorrem atualmente estão concentrados no setor de educação, envolvendo a área administrativa. Desde 23 de fevereiro, ocorre a greve dos técnicos administrativos em cerca de 50 universidades e institutos federais, em protesto contra o descumprimento de compromissos firmados em 2024 com o governo federal, que abrangiam a adoção da jornada de 30 horas, a racionalização de cargos e o reconhecimento universal de saberes e competências.

Também se encontra em greve a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela recomposição salarial e o aumento do orçamento da universidade. Na Universidade de São Paulo, a greve dos funcionários técnico-administrativos foi encerrada em 23 de abril, com um acordo que prevê uma gratificação por apoio às atividades complementares estratégicas dos docentes, abonos de horas em situações específicas e avanço em pautas de trabalhadores terceirizados. Já os estudantes, eles permanecem em greve por melhorias nas condições de moradia e dos restaurantes e contra o corte de bolsas.

No mundo dos sindicatos, em abril ocorreu a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), reunindo as centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB e Intersindical Central da Classe Trabalhadora. Como sempre, foi uma discussão com pouca participação das bases e cujas propostas decorreram de acordos de cúpula, provavelmente costurados com o governo.

Na pauta sindical aprovada, destacam-se: a) jornada de 40 horas semanais e fim da escala 6 x 1; b) aumento real do salário-mínimo; c) autorregulação dos sindicatos, com a ampliação da representação para todas as formas de contratação; d) superação da fragmentação e da sobreposição da representação; e) financiamento definido em assembleia; f) revogação ou revisão de “marcos regressivos” da legislação trabalhista e previdenciária; g) valorização da negociação coletiva; e h) regulamentação do trabalho em plataformas digitais.

Como se vê, nem as principais centrais sindicais apoiam a luta pela jornada semanal de 36 horas, hoje em debate no Congresso, alinhando-se com a proposta de 40 horas do governo. Preocupam-se, porém, em garantir que o financiamento das entidades venha de assembleias, por meio das contribuições assistenciais estendidas para toda a categoria de maneira mais ou menos obrigatória. A contribuição voluntária por meio da sindicalização exigiria um trabalho de base, que as direções sindicais burocratizadas não se dispõem a fazer.

Voltando à CONCLAT, no aspecto político as centrais sindicais declararam o seu apoio ao “projeto nacional de desenvolvimento”, cujo evidente conteúdo pequeno-burguês pressupõe a manutenção do sistema de exploração capitalista e a conciliação entre as classes sociais, com a previsão de alguns pequenos ganhos para os trabalhadores.

No passado, essa linha política “nacional desenvolvimentista” foi defendida como necessária para realizar uma revolução “democrática-burguesa” no Brasil, na qual a burguesia nacional lutaria, em aliança com o proletariado, contra o imperialismo e o latifúndio.

A burguesia brasileira, entretanto, há muito tempo que não revela o menor interesse de lutar contra o imperialismo americano ou qualquer outro, preferindo lucrar com as parcerias que estabelece com eles. Hoje, a bandeira “nacional desenvolvimentista” é levantada principalmente pela pequena-burguesia, que se encarrega de convencer o proletariado de que ele também poderia lucrar com ela. Ao que parece, tal concepção foi assimilada pela CONCLAT.

Coletivo do CVM, 02/05/2026

* * *